

PLENÁRIO

Refinanciamento de precatórios vai a votação

O plenário deve votar amanhã projeto de resolução que permite o refinanciamento, junto à União, dos títulos emitidos após 13 de dezembro de 1995 para pagamento de precatórios. Tais papéis tiveram sua negociação suspensa em 97 por CPI que investigou a questão.

PÁGINA 3

CAS E CAE

Ministros são ouvidos em audiências

O ministro Pedro Parente participa amanhã, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de audiência pública sobre investimentos na área social. Na quarta, a CAS e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) debatem a questão agrária, com a presença do ministro Raul Jungmann.

PÁGINA 3

CRE

Senadores debatem projeto que cria a Abin

Em reunião prevista para as 17h30 de amanhã, os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) irão apreciar o projeto que cria a Agência Brasileira de Inteligência, a Abin. O parecer do relator, senador Romeu Tuma, é favorável à aprovação da matéria.

PÁGINA 3

O relator, João Alberto, o vice-presidente, José Roberto Arruda, e o presidente da CPI, Bello Parga, aguardam a manifestação final do Supremo Tribunal Federal sobre os poderes que a comissão tem para quebrar o sigilo e tornar indisponíveis os bens de pessoas investigadas



Caso Encol é o novo alvo da CPI do Sistema Financeiro

Enquanto tenta recuperar atribuições consideradas vitais para o andamento das investigações, comissão começa a apurar empréstimos concedidos à construtora que entrou em falência



CPI ouve amanhã ex-contador do Centro de Orientação do Menor de Jundiá

Para Tebet, imóvel comprado por TRT-PB foi superfaturado

O presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet, considera “mais do que comprovado” que o Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba pagou

valor superior ao de mercado por imóvel em João Pessoa. Para ele, o dinheiro da venda foi repartido pelo ex-dono do imóvel, Antônio Almério Marra.

PÁGINA 4

A história da construtora que conseguiu empréstimo do Banco do Brasil (BB) e terminou entrando em falência, deixando várias obras inacabadas por todo o país, é o novo alvo da CPI dos Bancos, que tomará oito depoimentos sobre o assunto nesta semana.

O presidente da CPI, senador Bello Parga, confirmou que entrará hoje com recurso para que o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie logo sobre ações que tiraram da comissão o poder de quebrar o sigilo bancário, telefônico e fiscal e tornar indisponíveis os bens de algumas pessoas investigadas.

PÁGINA 5

Projeto garante prioridade no Ministério Público a conclusões de CPIs

PÁGINA 4

Subcomissão vai estudar conteúdo de programação



Artur da Távola

A fim de apreciar pauta ordinária e instalar a Subcomissão de Rádio e Televisão, a Comissão de Educação reúne-se amanhã, a partir das 11h30, sob a presidência do senador Freitas Neto (PFL-PI). Na ocasião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente dessa subcomissão, que terá por missão analisar o conteúdo da programação dos veículos de comunicação no Brasil.

A comissão também apreciará o Projeto de Lei nº 144/99, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças em rádio e TV. O projeto tem parecer favorável do relator, senador Artur da Távola (PSDB-RJ).

A pauta inclui ainda projetos sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; proteção ao patrimônio fóssilífero brasileiro; educação profissional em nível nacional; a reserva de vagas nas universidades públicas para alunos da rede oficial de ensino; e o processo de escolha dos dirigentes universitários.

Mauro quer FHC em mutirão contra violência



O presidente Fernando Henrique Cardoso deveria promover uma mobilização nacional contra a violência. A opinião foi manifestada pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), em entrevista à TV Senado que vai ao ar hoje, às 8h30 e às 20h30.

O senador elogia a iniciativa do governo de enviar ao Congresso um projeto de lei que proíbe a venda de armas de fogo, mas acha que ainda é pouco e quer que o presidente lidere uma mobilização nacional contra a violência.

Para o senador, “é uma vergonha” que o Brasil seja o terceiro país mais violento do mundo, perdendo apenas para a África do Sul e a Jamaica.



PLENÁRIO
▶ 14h30 - Sessão não deliberativa
PREVISÃO DA SEMANA
PLENÁRIO
Terça-feira (22.6.99) ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária Pauta: *PR nº 6/99, altera o art. 12 da Resolução 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; *PDL nº 35/99, aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Brasil e a República de Cingapura; *PR nº 53/98, autoriza a prefeitura municipal de Teresina (PI) a realizar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 18,4 milhões, cujos recursos, oriundos do FAT, serão destinados ao Projeto Vila Bairro; *Requerimento nº 206/99, do senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta das PECs 14 e 17, de 1999, por versarem sobre necessidade da aprovação, pelo Senado Federal, de titulares de instituições financeiras públicas, não constantes da Constituição federal; *Requerimento nº 277/99, do senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta do PLS 345/99 com os PLSs 189 e 243, de 1999, por tratarem da inclusão dos crimes sexuais e corrupção contra crianças e adolescentes no rol dos crimes hediondos; *Requerimento nº 283/99, do senador Romero Jucá, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 42/99-Complementar, de sua autoria, que altera a Lei Complementar nº 69/91, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para criar brigada especial de combate a incêndio florestal nas regiões amazônica e Centro-Oeste; *Requerimento nº 284/99, do senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta das PECs 18 e 20, de 1999, por versarem sobre a redução para a idade de 16 anos da imputabilidade penal; e *Requerimento nº 289/99, da senadora Marina Silva, solicitando que sobre o PDL nº 106/99, que susta a Portaria do Ministério da Justiça nº 820/98, que declara de posse permanente dos índios a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. Quarta-feira (23.6.99) ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária Pauta: Votação, em segundo turno, da *PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde; *Requerimento nº 301/99, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 54/99 com o PLC nº 25/96, por versarem sobre concessão do benefício de seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca; *Requerimento nº 305/99, da senadora Marluce Pinto, solicitando que sobre o PLC nº 101/95, que dispõe sobre a jornada de trabalho e outros aspectos referentes à organização do trabalho e das condições ambientais dos trabalhadores que realizam suas atividades continuamente em terminais de vídeo, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; *Requerimento nº 308/99, da senadora Emilia Fernandes, solicitando que sobre o PR nº 54/99, de autoria do senador Gilvam Borges, que dispõe sobre as formalidades e disciplina os procedimentos para a apreciação dos atos de outorga e de renovação de concessão, permissão ou autorização de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação; e *Requerimento nº 317/99, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 88 e 300, de 1999, por versarem sobre a instituição do sistema de lista fechada na eleição proporcional. Quinta-feira (24.6.99) ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária Pauta: *PLC nº 63/97, que dispõe sobre as condições e funcionamento de serviços de saúde para as populações indígenas. Sexta-feira (25.6.99) ▶ 9h - Sessão não deliberativa
COMISSÕES
Terça-feira (22.6.99) ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PR nº 33/99, que estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações interestaduais com veículos automotores de passageiros; *Ofício “S” nº 19/99, que encaminha ao Senado Parecer Dedip/Diare-99/130, de 1999, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da prefeitura municipal de Itaúna (MG) para contratar operação de crédito com o Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundeurb) administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A (BDMG), no valor de R\$ 2,1 milhões a preços de 1998, destinada a investimentos em infraestrutura urbana; *PLS nº 84/99, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados às doações a entidades sem fins lucrativos; *PLS nº 163/99, que cria contribuição destinada a financiar programas de tratamento de doenças provocadas pelo uso de bebidas alcoólicas; *PLS nº 14/99, altera o art. 1º da Lei nº 9.496/97, para reabrir o prazo de renegociação das dívidas dos estados e do Distrito Federal junto à União; *PLS nº 55/99 - Complementar, altera a redação do parágrafo 2º do art. 15 da Lei nº 4.320/64, que institui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; e *PLS nº 142/96, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural. Pauta-extra: *Ofício “S” nº 21/99, que encaminha ao Senado parecer da Dedip/Diare-99/137 de 1999, contendo manifestação do Banco Central do Brasil relativa ao pedido da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM - Rio), cujos recursos serão destinados ao refinanciamento da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1999; *PDL nº 129/99, que escolhe Guilherme Gracindo Soares Palmeira para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, parágrafo 2º, inciso II, da Constituição federal; e *Mensagem nº 130/99, submete à apreciação do Senado o nome de Hebe Teixeira Romano da Silva para membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça. <i>Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19</i> ▶ 11h30 - Comissão de Educação Pauta: *PLS nº 225/99, que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; *PLS nº 144/99, que dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio dos canais de radiodifusão de sons

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 1999

e imagens (televisão), e estabelece sanções pelo seu descumprimento; *PLS nº 245/96, que dispõe sobre a proteção ao patrimônio fóssilífero; *PLS 43/99, revoga o art. 2º da Lei nº 9.191/95, altera dispositivos da Lei nº 5.540/68, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; *PLS nº 236/96, que dispõe sobre a Educação Profissional em Nível Nacional; *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS nº 22/99, que denomina “Rodovia Governador Hélio Campos” trecho da BR-174; *PLS nº 298/99, que estabelece reserva de vagas nas universidades públicas para alunos egressos da rede pública de ensino; *PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; *PLS nº 264/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; *PLS nº 252/99, modifica a Lei nº 9.766/98, que altera a legislação do salário-educação; *PLS nº 96/99, que incentiva os meios de comunicação social, de transportes e outras empresas a publicar fotografias com identificação e número telefônico para contato de crianças e adolescentes desaparecidos ou sequestrados; *PLS nº 36/99, altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313/91; *PLS nº 314/99, que denomina “Aeroporto Campo dos Palmares - Zumbi e Dandara” o aeroporto Campo dos Palmares, em Maceió (AL); *PLS nº 218/99, que denomina “Senador João Calmon” a Escola Técnica Federal do Espírito Santo - Uned de Colatina; *PLS nº 241/99, que dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional; *PLS nº 235/99, que institui o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial; *Projetos de Decretos Legislativos nºs 59/99, 95/99, 57/99, 102/99, 101/99, 97/99, 91/99 e 108/99, que tratam de renovação de concessão para emissores de rádio; e instalação e eleição do presidente e vice-presidente da Subcomissão de Rádio e Televisão. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

▶ 17h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Audiência pública com o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Pullen Parente; diretor-executivo do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, Murilo Portugal; e diretor-executivo do Brasil no Banco Interamericano de Desenvolvimento, Antônio Cláudio Soachaczewski, para que sejam discutidos os recursos do Orçamento da União para a área social, em particular aqueles obtidos com o suporte dos bancos multilaterais de desenvolvimento, através da disponibilização de financiamento externo para alívio da pobreza. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

▶ 17h - CPI do Judiciário
Oitiva: Esdras Augusto de Carvalho, empresário (Jundiaí-SP). *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: *PLC nº 7/99, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

▶ Após a Ordem do Dia - Reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PLS nº 57/99, que altera o art. 150 da Lei nº 4.737/65, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico; *PLC nº 22/99, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial no processo criminal; *PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; *PLC nº 75/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica; *PLS nº 158/99, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito; *PLC nº 107/96, que altera o Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro; *PLS nº 10/99, que altera dispositivo da Lei nº 6.811/80, sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o art. 20 do Decreto-Lei nº 115/67, alterado pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 246/67; *PR nº 13/99, que dá nova redação aos arts. 337 e 341 do Regimento Interno do Senado Federal; *PLC nº 20/99, que acrescenta artigo à Lei nº 9.099/95; e *PEC nº 28/99, que acrescenta artigo às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional dos delegados de polícia de carreira. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

▶ Após a Ordem do Dia - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Manoel Pinto de Souza Júnior - ex-superintendente do Banco do Brasil; Jair Antonio Bilachi - ex-presidente da Previ. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

▶ Quarta-feira (23.6.99)
▶ 10h - Reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos
Pauta: Audiência pública com o ministro Extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann; diretor do Banco Mundial para o Brasil, Gobind Nankani; presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dom Tomás Balduino; presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Horácio Martins de Carvalho; presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel José dos Santos; representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), João Pedro Stedile; e representante da Rede Brasil, Aurélio Vianna Júnior. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

▶ 10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PLS nº 178/99, altera a Lei nº 4.737/65, que institui o Código Eleitoral, e a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, a fim de proibir coligações nas eleições proporcionais; *PLS nº 187/99, que modifica a Lei nº 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; *PEC nº 10/99, que dá nova redação ao parágrafo 5º do art. 14 da Constituição federal, suprimindo a reeleição para prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos; PR nº 39/99, que convalida os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas Resoluções nºs 44/98 e 45/98, do Senado Federal, e fixa critérios para a renovação das obrigações financeiras vincendas; *PLS nº 194/99, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

▶ 17h - Subcomissão Permanente
Pauta: Audiência pública com a secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, Vanda Engel Aduan, com a finalidade de prestar informações e respeito das ações de assistência, acompanhamento, investigação e repressão, prestadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

▶ Após a Ordem do Dia - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Pedro Paulo de Souza - presidente da Encol; Marcos Antonio Borela - diretor da Encol; Rodrigo Dimas de Souza - diretor da Encol; e Roldão Izael Cassimiro - síndico da massa falida da Encol. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*
Quinta-feira (24.6.99)
▶ 14h30 - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Carlos Gilberto Caetano - diretor de Finanças do Banco do Brasil; Edson Soares Ferreira - ex-diretor de Crédito e Seguridade do Banco do Brasil. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário vota rolagem de títulos dos precatórios

Proposta que resultou de discussões de duas comissões do Senado entra na pauta desta semana, que prevê, também, a apreciação do projeto que fixa obrigações financeiras dos municípios, estados e União com o custeio da saúde



O plenário se reúne amanhã para decidir o que fazer com os títulos destinados ao pagamento de precatórios emitidos após 13 de dezembro de 1995

O plenário deverá votar amanhã o projeto de resolução que permite o refinanciamento, junto à União, dos títulos públicos emitidos após 13 de dezembro de 1995 para pagamento de precatórios. Estes papéis tiveram sua negociação suspensa pela CPI que investigou o assunto em 1997. A proposta incumbe à Justiça de decidir se os títulos são válidos ou não. Enquanto isso, a União deverá depo-

sitar os valores em juízo.

De autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS), o texto a ser votado é re-

sultado das discussões das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o projeto original do senador José Agripino Maia (PFL-RN) e sobre o parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG). O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou voto em separado para que se proibisse o refinanciamento desses papéis.

O senador José Fogaça considerou, contudo, que o depósito judicial do resgate desses títulos, estabelecido em seu texto, descaracteriza a condição de inadimplência vivida pelos estados, particularmente por Pernambuco, que se recusou a pagá-los. O senador disse também que optou por remeter à Justiça a decisão sobre a constitucionalidade ou não dos títulos, por entender que não caberia ao Senado definir, preliminarmente, se os títulos são válidos ou não.

— Minha primeira preocupação foi estabelecer que não deve haver res-

gate puro e simples dos títulos em questão. É preciso que a Justiça se pronuncie de maneira cabal a respeito da validade jurídica desses títulos antes que sejam resgatados pela União e estados. Esse resgate deve ser depositado judicialmente em conta vinculada até o pronunciamento da Justiça — explicou José Fogaça.

SAÚDE

Na quarta-feira, os senadores votam em segundo turno proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que estabelece padrões mínimos de destinação de recursos dos orçamentos públicos para o Sistema Único de Saúde. A PEC, aprovada em primeiro turno por unanimidade, determina que a União destinará pelo menos 30% dos recursos do orçamento da Seguridade Social para o SUS. Os estados participarão com aplicação de 12% dos recursos e os municípios com, no mínimo, 10%.

CAE aprecia novo prazo para a renegociação de dívidas estaduais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se amanhã, às 10 horas, para apreciar 20 itens, entre os quais um projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) propondo a reabertura, até o final deste ano, do prazo de renegociação das dívidas dos estados e do Distrito Federal junto à União. Segundo o senador, o prazo fixado pela lei — 31 de março de 1998 — não permitiu que o DF participasse da reestruturação financeira pela qual passaram as demais unidades da Federação.

Outra matéria incluída na pauta da CAE fixa o prazo de até 60 dias após a entrega da declaração de Imposto de Renda para as delegacias da Receita Federal ou instituições financeiras autorizadas efetuarem a restituição do Imposto de Renda descontado na fonte ou pago a título de antecipação. O projeto é de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e tem parecer favorável do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Um projeto de iniciativa da Câmara determina a obrigatoriedade de os novos

aparelhos de televisão conterem dispositivo que permita ao usuário bloquear a recepção de programas transmitidos pelas emissoras. O relator, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), tem parecer favorável à matéria.

Solicitação da prefeitura de Itaúna para contratar operação de crédito com o Fundo de Desenvolvimento Urbano, administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, no valor de R\$ 2,1 milhões, destinados a investimentos em infra-estrutura urbana, tem parecer favorável do relator, senador Luiz Otávio (PPB-PA).

Com parecer favorável do relator, senador José Alencar (PMDB-MG), a CAE vai analisar pedido de empréstimo do governo do Piauí junto ao Banco do Nordeste, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de R\$ 10 milhões. O dinheiro será destinado à execução do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (Prodetur) no estado.



Luiz Estevão quer incluir o DF na reestruturação financeira pela qual passaram os estados

A CAE também apreciará pedido da prefeitura do Rio de Janeiro (RJ) para emitir letras financeiras do tesouro municipal, e a escolha de Guilherme Gracindo Soares Palmeira e Hebe Teixeira Romano Pereira da Silva para os cargos de ministro do Tribunal de Contas da União e conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, respectivamente.

CAS discute recursos para a área social

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne amanhã, às 17h, para realizar audiência pública com o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente. Devem participar, também, o diretor-executivo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, Murilo Portugal, e o diretor executivo do Brasil no Banco Interamericano de Desenvolvimento, Antonio Cláudio Sochaczewski.

Eles falarão sobre os recursos do Orçamento da União para a área social, especialmente aqueles obtidos com o suporte dos bancos multilaterais.

CRE analisa criação da Agência Brasileira de Inteligência

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprecia amanhã, às 17h30, projeto do Executivo que cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A matéria tem parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP). Na última terça-feira a votação do projeto foi adiada em virtude de a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) não estar presente para defender uma emenda de sua autoria à matéria.

A emenda de Emilia Fernandes reproduz emenda, já rejeitada, apresentada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), impugnando a criação de novos cargos em comissão na estrutura da Abin. Segundo a senadora, o motivo é que “não seria apropriado o aumento de despesas nessa fase de contenção de gastos” e que se poderia deslocar pessoal lotado atualmente na Casa Militar. Romeu Tuma explicou que rejeitou a emenda porque os cargos em comissão a serem criados visam justamente romper com o passado e permitir a contratação de pessoal novo e especializado para a Abin.

Além de criar a Abin, órgão central responsável pelo assessoramento direto do presidente da República, o projeto institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, que integra as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência no país. Os órgãos e entidades que formarão o sistema também são definidos na proposta.

O projeto, já aprovado na Câmara, recebeu uma emenda do relator, aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), definindo a composição do órgão de controle externo da atividade de inteligência no país, que estará a cargo do Congresso Nacional. O relator na CCJ também foi o senador Romeu Tuma.

Na CCJ, Romeu Tuma argumentou que a criação dos cargos é necessária, pois a agência poderá contar com corpo técnico especializado e eficiente para atender a sua estrutura, composta de 17 unidades nos estados, além dos órgãos centrais. Ele acrescentou que mesmo com a criação dos cargos, a Abin não atinge o limite de 10% de cargos comissionados, estabelecido em lei.

Comissões fazem reunião sobre reforma agrária

Em reunião conjunta, as comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) ouvem, na quarta-feira, às 10h, sete representantes de entidades ligadas à questão agrária.

São eles: o ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann; o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Gobind Nankani; o presidente da Comissão Pastoral da Terra,

dom Tomás Balduino; o presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Horácio Martins de Carvalho; o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel José dos Santos; o representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile; e o representante da Rede Brasil, Aurélio Vianna Júnior.

Prostituição juvenil é tema de audiência pública na quarta

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), presidente da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Investigação de Casos de Exploração do Trabalho e Prostituição Infanto-Juvenil, convocou reunião para quarta-feira, às 17h.

Na ocasião, será realizada audiência

pública com a secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência, Vanda Engel Aduan. Ela prestará informações a respeito das ações de assistência, acompanhamento, investigação e repressão, prestadas pelo ministério, contra a exploração da prostituição infanto-juvenil.

Tebet considera superfaturamento comprovado

Presidente da CPI do Judiciário afirma que venda de imóvel ao Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, por R\$ 710 mil, foi feita acima do valor real e que o dinheiro foi repartido

O presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), acredita que o superfaturamento na venda do imóvel na Praça da Independência, em João Pessoa, ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba já está "mais do que comprovado". Na sua opinião, o depoimento do antigo proprietário do imóvel, Antônio Almérico Marra, demonstrou, "inequivocamente", que a venda foi feita acima do valor real e que o dinheiro foi repartido.

— O imóvel não vale nunca R\$ 710 mil reais. Não tenho a menor dúvida de corrupção nesse caso — afirmou Tebet.

Para o senador, o responsável pela avaliação do imóvel, Antônio Moacir



Dantas Cavalcante Júnior, que recebeu R\$ 50 mil de Marra, foi apenas uma das pessoas que receberam o dinheiro superfaturado.

— Onde já se viu sacar R\$ 150 mil na boca do caixa e vir dizer que

isso é para o dinheiro ficar em casa ou para sustentar a mãe? Ninguém acredita nisso — disse.

Ao final do depoimento de Marra, na última quinta-feira, a CPI aprovou requerimento do senador José Agripino (PFL-RN) para que seja realizada uma acareação entre o avaliador e Marra. Cavalcante Júnior nega ter recebido dinheiro pela intermediação da venda do imóvel, ao contrário do que afirmou Marra à comissão.



A CPI ouvirá o ex-contador do Centro de Orientação do Menor de Jundiá, Esdras Augusto de Carvalho

Tebet disse não ter dúvida de corrupção no caso



Senador discorda de investigar os que pediram verba para TRT-SP

O presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet, manifestou na sexta-feira sua discordância em relação ao requerimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) para que a comissão investigue não apenas o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), mas todos os parlamentares que assinaram ou apresentaram emendas ao Orçamento com o objetivo de aumentar as verbas destinadas às obras do prédio que irá abrigar as juntas de Conciliação e Julgamento de São Paulo.

— Discordo um pouco do meu líder, mas isso é uma posição pessoal, minha. Eu acho que todo parlamentar tem o direito de lutar para incluir verbas no orçamento. Isso não significa, a meu ver, nenhum indício de corrupção. Todavia, preciso conversar com o senador Jader Barbalho para ver, realmente, o que é que há — declarou Tebet.

O presidente da comissão afirmou

que o fato de existirem telefonemas do ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, Nicolau dos Santos Neto, para o senador pelo DF e cheques depositados em contas de empresas de Estevão pela construtora responsável pela obra do TRT não significa qualquer culpabilidade.

— O que existe tem que ser analisado — disse.

Tebet comentou o pedido de Estevão de ter uma pessoa ligada a ele dentro da CPI.

— Esse é um desejo dele, mas não é um direito. Já declarei publicamente que vou indeferir esse requerimento. Ele tem todo o direito de receber informações do que existe sobre ele. Isso é um direito constitucional que, como presidente da comissão, eu vou assegurar — acrescentou o presidente da CPI do Judiciário.

Comissão analisa denúncia de intermediação de adoções

O ex-contador do Centro de Orientação do Menor de Jundiá (Comej), Esdras Augusto de Carvalho, é o depoente de amanhã na CPI do Judiciário. Ele deve falar sobre suspeitas de que o Comej teria recebido recursos de organismos internacionais para intermediar adoções de crianças na cidade de Jundiá (SP). A CPI investiga a participação do juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, então titular dessa comarca.

Entre 1992 e 1998, foram autorizadas 484 adoções no município paulista de 380 mil habitantes, das quais 204 por casais estrangeiros. As adoções por estrangeiros não passam de cinco entre as 1.252 ocorridas em Guarulhos (com 800 mil habitantes), ou 40 entre as 1.141 adoções realizadas na vizinha Campinas (1,2 milhão de habitantes).

O Comej, conforme afirmou à CPI o

advogado Marco Antonio Colagrossi, foi fundado pelo juiz e pela promotora Inês Bicudo. A instituição, acrescentou o advogado, tinha relações com uma entidade italiana de adoção, a AMI. De acordo com o deputado Renato Simões, que presidiu comissão parlamentar sobre o caso na Assembléia Legislativa de São Paulo, há provas do envio de pelo menos R\$ 135 mil da AMI ao Comej.

Reportagem da revista *IstoÉ* informou da existência de um cheque neste valor, não computado na contabilidade do Comej. Este dinheiro, segundo o autor da reportagem, Mario Simas, teria sido repassado à promotora, que era quem propunha a destituição do pátrio-poder, condição necessária para as adoções.

O depoimento ocorreria no dia 16, mas a pedido do depoente, que alegou estar reunindo documentos, foi adiado.

CCJ aprecia prioridade a conclusões de CPIs

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), reúne-se duas vezes nesta semana. Amanhã, a CCJ aprecia, em reunião extraordinária, projeto de lei que estabelece prioridade para as conclusões das comissões parlamentares de inquérito nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos. O projeto é de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e tem parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS), na forma de substitutivo.

A CCJ também apreciará projeto de lei da Câmara dos Deputados que cria o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas. O projeto tem parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Na quarta-feira, em reunião ordinária, a CCJ aprecia projeto de lei do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que amplia o prazo de filiação partidária de um para quatro anos no caso de troca de partido. O relator, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), concedeu parecer favorável à matéria. Na mesma reunião será apreciada também a proposta de emenda constitucional do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que acaba com a reeleição para prefeitos e prevê a desincompatibilização para governadores e presidente da República. A matéria tem parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Djalma Falcão quer ouvir juiz sobre nepotismo em AL

Com base em reportagens da imprensa alagoana, o senador Djalma Falcão (PMDB-AL) reiterou pedido que fez à CPI do Judiciário, por meio de requerimento, para que sejam convocados o presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Orlando Cavalcante Manso, e o presidente estadual da OAB, Humberto Eustáquio

Soares Martins, para prestarem esclarecimentos sobre denúncia de prática de nepotismo no Tribunal de Justiça e fraudes em concursos públicos para o cargo de juiz substituto da Justiça estadual. "No requerimento, referi-me a fatos concretos", afirmou.

Segundo Falcão, as denúncias foram



Djalma Falcão condenou silêncio do acusado

reiteradamente veiculadas pela imprensa e não receberam, até o momento, qualquer contestação por parte do desembargador Orlando Manso. "Um silêncio que tem o caráter de uma confirmação tácita das denúncias", disse o senador. Falcão ressaltou que os fatos denunciados foram praticados pela cúpula do Poder Judiciário em Alagoas e à revelia da grande maioria de seus integrantes.

— Tendo assumido o comando do Tribunal de Justiça do estado no início deste ano, o desembargador Orlando Manso nomeou para cargos comissionados ou promoveu cerca de 40 parentes diretos, entre filhos, sobrinhos, cunhados e agregados — relatou Falcão.

CPI dos Bancos começa a investigar caso Encol

De amanhã a quinta-feira, senadores ouvirão, entre outros, o ex-controlador da empresa e funcionários do Banco do Brasil responsáveis pela concessão de empréstimos à construtora atualmente em processo de falência

A CPI do Sistema Financeiro começa a investigar, nesta semana, o caso da construtora Encol. Os primeiros depoimentos, marcados para amanhã depois da Ordem do Dia do plenário, serão do ex-superintendente do Banco do Brasil Manoel Pinto de Souza Júnior e do ex-presidente da Previ (fundo de pensão dos funcionários do BB) Jair Antonio Bilachi.



Os senadores que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito querem informações sobre os empréstimos concedidos pelo BB à Encol e as causas da crise vivida pela construtora, que deixou vários prédios e obras inacabadas em todo o país.

Na quarta-feira, também após a Ordem do Dia, a CPI reúne-se para tomar os depoimentos do ex-sócio controla-

dor da Encol, Pedro Paulo de Souza, preso na semana passada; dos ex-diretores da empresa Marcos Antonio Borela e Rodrigo Dimas de Souza; e do síndico da massa falida da Encol, Roldão Izael Cassimiro.

Quinta-feira, a partir das 14h30, a CPI tomará os depoimentos de Carlos Gilberto Caetano, diretor de Finanças do Banco do Brasil, e de Edson Soares Ferreira, ex-diretor de Crédito e Seguridade do BB.



A comissão também tomará o depoimento do síndico da massa falida

Bello Parga espera que decisão do STF saia logo

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de irregularidades no sistema financeiro, senador Bello Parga (PFL-MA), disse à Agência Senado, na sexta-feira, que espera uma solução rápida do Supremo Tribunal Federal (STF) para que seja superada a crise institucional criada entre o STF e a CPI.

O senador manifestou a expectativa de que o Supremo julgue o mais rápido possível o mérito dos mandados de segurança que obtiveram deferimento para liminares suspendendo as decisões da CPI sobre a indisponibilidade de bens e a quebra dos sigilos ban-



Bello Parga confirmou que entra hoje com agravo regimental no Supremo

cário, fiscal e telefônico dos ex-controladores dos bancos Marka e FonteCindam, bem como do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes.

As liminares concedidas por alguns ministros, afirmou o senador, “causaram uma crise institucional para cuja solução o STF deve atentar politicamente”. O senador confirmou que hoje à tarde entrará com um agravo regimental junto ao STF para que o plenário do tribunal julgue logo o mérito da causa. Bello Parga disse esperar que, com essa decisão final, o Supremo mantenha os poderes de investigação da CPI.

As atividades gerais da CPI não es-

tão totalmente afetadas, observou o senador, porque as liminares foram concedidas somente em favor dos controladores do Marka e do FonteCindam, além do ex-presidente do BC. Bello Parga acrescentou, no entanto, que as liminares atrasaram o relatório preliminar da comissão, que trataria das recomendações ao Ministério Público a partir da investigação sobre a venda de dólares feita pelo BC aos dois bancos, com cotação abaixo do mercado, durante a desvalorização cambial, em janeiro.

Para Bello Parga, os ministros concederam liminares contra as decisões da CPI porque entenderam que estavam sendo feridos os direitos individuais das pessoas atingidas. Ele disse, no entanto, ter certeza de que os ministros do tribunal julgarão essas ações “com absoluta isenção”.

Para Simon, liminar é um “golpe de morte” na comissão

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a decisão tomada pelo ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, em favor do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, suspendendo a indisponibilidade de seus bens e a quebra de seu sigilo bancário, foi um verdadeiro “golpe de morte” nos trabalhos da CPI dos Bancos.

A seu ver, é necessário que o STF julgue o mais rápido possível o mérito do mandado de segurança. Simon acrescentou que, se o STF restringir os poderes da CPI, vai propor a suspensão dos trabalhos da comissão e o envio das matérias apreciadas para o tribunal.

— Se o sigilo bancário do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes não for quebrado, a CPI do Sistema Financeiro não pode pedir a abertura de contas de mais ninguém — disse o senador.

Simon entende que a decisão de Pertence peca por não entrar no mérito da questão. O senador lembrou que o episódio envolvendo a busca e apreensão de documentos na residência de Lopes obedeceu a todos os procedimentos legais.

— Naquela oportunidade, autoridades

judiciais e policiais descobriram farta documentação que incriminou o ex-presidente do BC. Mas, para a minha estranheza, parece que as provas de nada valeram para o ministro Sepúlveda Pertence — disse o senador.

Na opinião de Simon, se os fatos tivessem ocorrido em qualquer país civilizado, o ex-presidente do BC já estaria respondendo a processo judicial ou, quem sabe, com a prisão decretada. “Mas este é o país da impunidade, onde os ricos e os poderosos raramente vão para a cadeia”, afirmou.

Ele lembrou que qualquer comissão parlamentar de inquérito, de acordo com a Constituição, tem os poderes de investigação da autoridade judiciária. “A decisão do STF de conceder a liminar trancou os trabalhos da CPI”, disse o senador.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Pedro Simon também voltou a criticar as constantes edições de medidas provisórias por parte do presidente da República. Para ele, o país está sendo governado por meio de MPs, “num claro desrespeito ao regime presidencialista e à Constituição”. Simon lembrou que o instituto da medida



Pedro Simon responsabiliza o Supremo pelo fato de o país ser “governado por MPs”

provisória foi criado tendo em vista o regime parlamentarista, que foi derrotado após a aprovação do instituto da MP, que permaneceu.

O senador disse estranhar que o Supremo, conhecedor da questão, permita que as MPs sejam reeditadas pelo Executivo quantas vezes forem necessárias até que sejam transformadas em lei. A seu ver, “não há nada na Constituição que dê o direito ao STF de interpretar que a medida provisória poderia ser reeditada quantas vezes o governo quisesse”.

Para Simon, o Supremo “é o grande responsável pelo fato de o Brasil estar sendo governado por medidas provisórias, que são bem piores do que os famosos decretos-leis do tempo da ditadura”.

Bezerra pede explicações para reajustes da luz e dos combustíveis

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) requereu que seja encaminhado ao Ministério de Minas e Energia pedido de informações sobre os critérios adotados para o reajuste do preço dos derivados de petróleo e da tarifa de energia elétrica. Bezerra lembrou que os combustíveis e a energia elétrica são os insumos básicos da economia e qualquer reajuste tem impacto direto sobre toda a cadeia produtiva.

— Os reajustes de preços, que nestes últimos 12 meses têm sido significativamente superiores ao Índice Geral de Preços (IPC), afetam fortemente a vida e o orçamento de cada brasileiro. E, no entanto, o cidadão comum não faz idéia da razão de ser dos reajustes concedidos — observou o senador.

Bezerra disse que, no período em que

a variação cambial foi insignificante e não poderia ser utilizada como justificativa para aumento de preços, outras causas foram alegadas, como o realinhamento das planilhas de custos, a necessidade de lucratividade para investimentos em novos projetos setoriais e a atratividade da empresa — no caso das primeiras privatizações do setor elétrico.

A mais recente revisão de preços, lembrou o senador, foi justificada como sendo “influência da variação cambial nos custos dos insumos e serviços daqueles setores”. Ele perguntou, então, por que, se a influência da desvalorização do

real é tão significativa, a recuperação do real em relação ao dólar verificada nas últimas semanas não resultou numa redução dos preços.



Bezerra quer entender “razão de ser dos reajustes concedidos”

Romeu Tuma cobra solução para crise da rede Mappin/Mesbla

Preocupado com a situação dos 9 mil trabalhadores cujos empregos correm risco com a ameaça de falência das redes de lojas Mappin e Mesbla, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) fez um apelo aos setores que podem ajudar a solucionar a crise e preservar os postos de trabalho. Ele se disse especialmente apreensivo com a situação por que passa o país, com desemprego tão elevado.

Acompanhado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Tuma assistiu à manifestação dos funcionários da Mesbla e do Mappin em frente à primeira loja da rede, no centro da cidade de São Paulo. Acampados na Praça Ramos Azevedo, mais de 200 trabalhadores condenaram a administração do empresário Ricardo



Tuma teme pelo emprego de 9 mil trabalhadores

Mansur e pediram providências.

— Confesso que fiquei chocado ao entrar naquela loja de departamentos, uma das mais tradicionais e famosas em meu estado, e vê-la vazia, praticamente sem mercadoria nenhuma — ressaltou o senador.

Tuma disse que os trabalhadores pleiteiam do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um empréstimo, em torno de R\$ 17 milhões, que criaria capital de giro e ajudaria na solução da crise. Os trabalhadores pedem que o BNDES exija os bens do grupo controlador das lojas como garantia para esse empréstimo. O senador relatou que o grupo pretende vender algumas lojas para saldar suas dívidas, de cerca de R\$ 1,12 bilhão.

Maria do Carmo pede queda rápida dos juros

As altas taxas atuais, alerta a senadora, não permitem que o Brasil concorra em igualdade de condições com outros países

Na avaliação da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), o Brasil não está em condições de concorrer com países que praticam juros baixos. Com essa avaliação, ela pediu na sexta-feira, em plenário, que o governo acelere a redução das taxas de juros e priorize a agricultura e demais setores produtivos.

— Urge acelerar a queda de juros para podermos alavancar a economia através dos empresários brasileiros. O futuro do nosso país está em uma política desenvolvimentista que gere emprego e renda e não na malfadada política monetarista que vive da recessão e do desemprego — disse a senadora.

Para ela, as altas taxas de juros só contribuíram para entrar a atividade econômica e gerar um “exército de desempregados”. As reduções nos juros promovidas recentemente provaram que o país, em vez de assistir à redução nos investimentos internos e à volta da inflação, tornou a crescer, sem aumento de preços ou evasão de capitais.



Maria do Carmo criticou a aplicação dos recursos obtidos com a venda da Energipe

— Nenhum país pode ter a esperança de crescer na dependência de capitais especulativos que não têm compromisso humano ou social. Esses capitais geraram inúmeras tragédias no plano social, contribuindo para transformar as economias dos países emergentes em verdadeiros cassinos — avaliou Maria do Carmo.

Com a prática de juros altos, continuou a senadora, o Brasil chegou

“ao absurdo” de dever praticamente metade do que produz em um ano, num cenário em que o pagamento de juros anuais alcançou cifra superior ao valor total da dívida pública há cinco anos, mesmo depois da venda de grande parte das estatais.

— Coube ao setor financeiro o privilégio de cobrar juros altíssimos, enquanto a agropecuária estoicamente sustentou preços mínimos para garantir o valor da cesta básica — afirmou.

A senadora analisou a crise do setor sucroalcooleiro e da citricultura em Sergipe. Ela disse que o estado poderia ter gerado milhares de empregos com a utilização correta dos US\$ 400 milhões arrecadados com a privatização da Energipe.

— Caso tivéssemos investido esses recursos em irrigação, poderíamos ter gerado 120 mil empregos permanentes, no segundo maior pólo de alimentos do Nordeste. Mas, em vez disso, os recursos foram dilapidados em obras eleitoreiras, sem visão social — criticou.

Ramez Tebet quer levar o desenvolvimento ao interior

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) criticou na sexta-feira, em plenário, a “falta de vontade política para criar e implementar uma agenda positiva que permita corrigir as desigualdades regionais e levar o desenvolvimento ao interior do país”. O parlamentar lamentou os resultados apurados em pesquisa feita por professor da Unicamp que indicam um aumento de 11% nos desequilíbrios regionais, entre 1988 e 1997.

— Tenho lutado, desde que cheguei ao Senado, em 1995, pela redução das desigualdades regionais e dos desníveis de renda, seja por meio de pronunciamentos ou



Ramez Tebet

contatos com autoridades, mas infelizmente percebo que o problema tem se agravado.

Em função do que classificou como “desaparecimento da filosofia de desenvolvimento regional”, há, segundo Ramez Tebet, um aumento “na miséria, na violência e uma queda na qualidade de vida”.

Essas conseqüências, acrescentou, estão atingindo tanto as regiões menos desenvolvidas quanto as grandes metrópoles.

O senador destacou que o espírito dos fundos constitucionais de desenvolvimento, criados pela Constituição de 88, “acabou frustrado pela forma burocrática

como são conduzidos e pelos custos financeiros que cobram, incompatíveis com as possibilidades de pagamento pelos pequenos produtores rurais”.

A falta de sensibilidade oficial para montar uma “agenda positiva que viabilize o desenvolvimento regional e a correção das desigualdades”, observou Tebet, tem exemplo claro em Mato Grosso do Sul. O gasoduto construído para levar gás boliviano ao Sudeste e Sul do país atravessa todo o estado, mas até agora o governo federal não admitiu oferecer uma tarifa diferenciada para quem investir no estado, aproveitando essa fonte de energia.

Em apartes, os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Pedro Simon (PMDB-RS) e Romero Jucá (PSDB-RR) apoiaram as preocupações e reivindicações apresentadas por Tebet, lembrando inclusive o artigo 43 da Constituição federal, que prevê políticas de estímulo à correção de desigualdades regionais.

de permitir que o trabalhador funde sua própria empresa.

— Em nosso entendimento, ao impedir-se a movimentação do FGTS pelos trabalhadores interessados em constituir



Valadares considera equivocada a atual legislação

pequenas empresas ou desenvolver atividades autônomas, cometeu-se um equívoco — avalia o senador.

Valadares propõe liberação de FGTS para criação de empresa

A liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o trabalhador que queira constituir microempresa foi proposta pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), em projeto de lei que receberá decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais. A matéria já tem parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

A proposta de Valadares modifica

a Lei nº 8.036/90, acrescentando mais essa hipótese em que é permitida a retirada do FGTS nos limites mínimo de 6.288 Ufirs e máximo de 12.576 Ufirs. Segundo o senador, a iniciativa está diretamente relacionada a uma das finalidades que nortearam a criação do FGTS, concebido para constituir-se em uma poupança capaz de atender a diversos objetivos, um dos quais o

Ademir sugere expropriar terras onde haja trabalho escravo

Proposta de emenda constitucional do senador Ademir Andrade (PSB-PA) prevê a imediata expropriação e destinação à reforma agrária de terras em que se localizem a exploração de trabalho escravo ou culturas ilegais de plantas psicotrópicas. A Constituição hoje já prevê o assentamento de colonos nas terras onde forem descobertas culturas ilegais de psicotrópicas, mas a proposta de Ademir Andrade as destina especificamente à reforma agrária, encaminhando para o mesmo fim as terras onde se explora o trabalho escravo.

Atualmente, o artigo 243 da Constituição dispõe que as glebas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao

assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário. A emenda de Ademir Andrade acrescenta ao artigo as terras nas quais se verifique a exploração de trabalho escravo, dizendo que serão especificamente destinadas à reforma agrária, com o assentamento prioritário dos colonos que já trabalhavam na gleba.

O parágrafo único do artigo 243 dispõe que todo bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes será confiscado e revertido em benefício de instituições especializadas no trata-

mento e recuperação de viciados e no custeio de atividades de fiscalização e repressão ao crime de tráfico. A proposta de Ademir Andrade mantém esse destino para o bem apreendido em decorrência do tráfico, mas prevê o confisco também do bem apreendido em decorrência da exploração do trabalho escravo. Ele destina esse valor ao assentamento dos colonos que foram escravizados e às atividades de repressão à exploração desse trabalho.

Ao justificar sua proposta, Ademir Andrade disse que as denúncias de trabalho análogo à condição de escravo atingem o Brasil de ponta a ponta. Ele cita, como exemplos, as usinas de cana-de-açúcar em Pernambuco e na Paraíba; as carvoarias da Bahia e Minas Gerais; e as madeiras, seringais e garimpos do Pará, Acre e Amazonas.

O senador afirmou que no Brasil o trabalho escravo continua vinculado à questão agrária, pois o processo de arregimentação dos trabalhadores se dá na época da derrubada das matas e limpeza dos pastos, em que várias fazendas recebem trabalhadores ludibriados mediante falsas promessas. Ele disse que a condição dos trabalhadores rurais no Brasil vem piorando ao longo dos anos.

O confisco das terras de quem explora trabalho escravo se justificaria, na opinião de Ademir Andrade, porque “a escravidão no Brasil assume proporções alarmantes e já extrapola as fronteiras do país”.



Ademir lembrou que trabalho escravo ainda ocorre em várias regiões

Maldaner registra realização de congresso em Joinville

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) registrou na sexta-feira a realização, em Joinville, de 17 a 19 de junho, do 10º Congresso Brasileiro de Associações Comerciais, promovido pela Confederação das Associações Comerciais Brasileiras e pela Associação Comercial e Industrial de Santa Catarina. Ele manifestou sua expectativa de que as discussões realizadas no encontro permitam a apresentação de

um relatório final que “reflita o posicionamento claro e objetivo da classe empresarial brasileira quanto às grandes e decisivas questões nacionais”.

Os participantes do congresso deverão voltar sua atenção para os desafios enfrentados pelos comerciantes nesse fim de século, como o de se ajustar à realidade de que o setor tenderá a se concentrar em shopping centers e free parks, com cres-



Casildo Maldaner ressaltou presença de ministro Celso Lafer

cimento exponencial das atividades comerciais realizadas via Internet, disse.

A importância do evento, na opinião do senador, pode ser constatada pelos nomes do meio político e empresarial que dele participam, entre os quais Maldaner destacou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Celso Lafer; o presidente do Projeto Acorde, Paulo Protásio; o presidente do Conselho de Administração da Sadia,

Luiz Fernando Furlan; o diretor técnico do Sebrae nacional, Vinicius Lammertz; e o presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carasai.

Paralelamente ao congresso, segundo Maldaner, serão realizados o 1º Encontro Nacional da Mulher Empresária, o 1º Fórum Nacional do Jovem Empresário e o 3º Encontro dos Núcleos Setoriais de Santa Catarina.

Corte de verba prejudica doentes de câncer, alerta Saturnino

Senador esclarece que, sem verba, Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) deixará de fabricar radiofármacos, remédios usados no tratamento e diagnóstico da doença, que ela produz com exclusividade no Brasil

Dois milhões de brasileiros doentes de câncer ou com suspeita da doença serão prejudicados diretamente pelo corte de 55% nos recursos orçamentários destinados à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). O alerta foi dado na sexta-feira pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). Segundo o senador, essas pessoas dependem de radiofármacos, remédios usados para o tratamento e diagnóstico do câncer, produzidos no Brasil apenas pela CNEN.

Além disso, acrescentou o senador, hospitais como o Instituto do Coração de São Paulo podem ser prejudicados porque a maioria dos procedimentos cirúrgicos, cardíacos, renais e cerebrais ali realizados são antecedidos por exames feitos com radiofármacos.

Saturnino lembrou, também, o estado de falência da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em consequência da redução de despesas do governo fede-

ral, lamentando que, enquanto isso, o pagamento de juros dos títulos públicos federais continua consumindo mais do que os recursos cortados dessas duas instituições.

O senador também citou o Banco Central, que, segundo afirmou, “toma prejuízos de bilhões de reais e joga tudo na conta do Tesouro Nacional, sem restrição alguma”. O senador disse, ainda, que o Banco Central “é irresponsável porque não responde a nenhuma entidade fiscalizadora” e defendeu uma mudança na legislação a partir dos trabalhos da CPI do Sistema Financeiro.



Saturnino observa que 2 milhões de doentes de câncer ou com suspeita da doença serão prejudicados

Encomendas da Petrobras vão reativar estaleiros

A decisão da Petrobras de mandar construir em estaleiros brasileiros 21 navios para substituir os que estão hoje sendo fretados com companhias estrangeiras, foi elogiada pelo senador Roberto Saturnino. Essa política da Petrobras, segundo o senador, vai diminuir a capacidade ociosa dos estaleiros e empregar mão-de-obra.

— É uma notícia digna de comemoração — disse Saturnino. Ele lamentou que a crise nos estaleiros tenha levado o número de empregos no setor a cair de mais de 40 mil nos anos 80 para cerca de 3 mil atualmente.

O senador aproveitou para reivindicar o aumento da participação de fornecedores brasileiros nas atividades de

exploração de petróleo pela Petrobras. Roberto Saturnino acredita que se a estatal elevar a compra de equipamentos nacionais o mesmo será feito pelas empresas privadas que hoje estão autorizadas a também produzir petróleo.

AUDIÊNCIA

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) informou que a Comissão de Assuntos Econômicos ouvirá em breve o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, e os presidentes da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, e da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zilberstein. Eles falarão sobre as condições em que se realizará a exploração de petróleo com a entrada no setor das companhias privadas.

Jucá adverte para risco de conflito em Roraima

A demarcação de terras indígenas sem consulta aos próprios índios pode levar a sério conflito entre populações indígenas e fazendeiros em Roraima, alertou na sexta-feira, no plenário, o senador Romero Jucá (PSDB-RR).

— É preciso não só evitar de forma emergencial o conflito que se avizinha, como também desenvolver ações que evitem conflitos futuros — disse Jucá, que tem feito contatos com o Ministério da Justiça, a Fundação Nacional do Índio e o governo estadual a fim de que encontrem a solução para o problema.

SOBREVIVÊNCIA

O senador disse estar preocupado com a segurança e o bem-estar dos índios, mas manifestou, igualmente, interesse em possibilitar a sobrevivência dos produtores de arroz da região afetada. Segundo afirmou, a situação é mais séria em Raposa Serra do Sol, embora haja riscos para a produção de arroz em Normandia e Uiramutã.

Romero Jucá explicou que a demar-



Romero Jucá

cação das terras indígenas vem sendo feita há algum tempo e que, agora, está sendo apressada por portaria da Funai. Ele relatou que os índios receberam notícias de que a área a ser demarcada poderia estar aquém do esperado, o que os está levando a ameaçar os fazendeiros. Alertou ainda para a necessidade de uma política agrícola que aproveite o potencial da região Norte.

Mozarildo defende projeto que obriga médico a trabalhar no Norte

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu, em discurso na sexta-feira, apoio a projeto de sua autoria que obriga os profissionais da área de saúde a trabalharem pelo período de dois anos em municípios das regiões Norte e Nordeste onde exista carência de atendimento médico. A exigência atinge médicos, odontólogos, fisioterapeutas, farmacêuticos, enfermeiros e bioquímicos.

De acordo com a proposta do senador, os profissionais graduados na área de saúde só terão os seus diplomas registrados junto ao Ministério da Educação, universidades e respectivos conselhos após cumprirem a carência de dois anos nas regiões Norte e Nordeste, em localidades nas quais a proporção profissional/habitante seja igual ou inferior a um por mil.

— Só desta maneira poderemos começar a resolver o problema da falta de médicos e de outros profissionais de saúde no país — afirmou Mozarildo Cavalcanti, que se disse estarecido com a má distribuição de profissionais da área, sobretudo médicos, no território brasileiro.

Segundo informou, o Brasil possui 230 mil médicos, número acima do recomendado, conforme a própria Organização Mundial de Saúde. Mas desse total, conforme observou o senador, a maioria, em torno de 138 mil, trabalha nas capitais e cerca de 90 mil, no interior. Para ilustrar, o senador informou que, em Roraima, 222 médicos trabalham na capital do estado e apenas nove no interior.

Mozarildo Cavalcanti acrescentou que a situação dos dentistas não é diferente. No Amazonas, por exemplo, são três para cada dez mil habitantes.

A má distribuição de enfermeiros também não fica atrás, informou. Segundo o senador, alguns estados têm a média de um enfermeiro para cada 10 mil habitantes.

— É necessária a criação de uma política de saúde pública que disponibili-

ze médicos e demais profissionais da área de saúde para quem deles necessita — salientou o senador, para depois manifestar a certeza de que o Congresso Nacional aprovará o seu projeto como forma de diminuir as disparidades regionais no setor.



Mozarildo pede uma política de saúde que coloque profissionais à disposição de quem deles necessita

Papel da Maçonaria é destacado pelo senador

Os 177 anos de fundação do Grande Oriente do Brasil (GOB) foram destacados em plenário, na sexta-feira, pelo senador Mozarildo Cavalcanti. Ele lembrou que a entidade maçônica deflagrou um movimento hoje estruturado em mais de 3 mil lojas, distribuídas por todo o país, e que mantém 852 instituições de caridade.

De acordo com o parlamentar, “sempre com a nobre missão de ajudar a guiar os passos firmes da pátria pela senda do dever cívico, o Grande Oriente do Brasil esteve à frente dos grandes acontecimentos que mudaram para melhor os destinos da nação”.

— Pátria e Maçonaria passaram a tri-

lhar o mesmo caminho e suas histórias se completaram, com o passar do tempo, nas lutas renhidas pelas grandes conquistas sociais do século XIX, continuaram entrelaçadas no século XX que se exaure e certamente continuarão ligadas no terceiro milênio que se aproxima radioso — acrescentou.

Depois de relacionar o envolvimento da Maçonaria com movimentos sociais e iniciativas governamentais como o combate à dengue e o auxílio às populações atingidas pela seca no Nordeste, o senador relembrou palavras do seu colega José Roberto Arruda, senador pelo PSDB do Distrito Federal: “O Grande Oriente do Brasil tem mais futuro do que passado”.

PROGRAMAÇÃO



RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — “A voz do Brasil”
Em seguida — Música e informação
20h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Nordeste”
Em seguida — Música e informação.

21h — “Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste”
Em seguida — Música e informação
21h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste”
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação

Cabral afirma que país vive crise institucional

Segundo o senador, problemas estão sendo “empurrados com a barriga”, numa situação marcada pela falta de autoridade e de ética

Em discurso feito sexta-feira, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que o país vive uma séria crise institucional e alertou para a necessidade de os governantes encontrarem uma solução para o problema.

— O país está em crise aos olhos de todos e estamos empurrando com a barriga, numa omissão de autoridade. Estamos deixando como está para ver como é que fica — afirmou.

Para o senador, o povo pede que se ponha “um freio” na crise institucional, pois ela coloca em perigo a democracia e a estabilidade política do país.

— Nenhuma autoridade se afirma pela omissão — observou.

Cabral acrescentou que há uma “revolta latente” na sociedade, e alertou para o perigo de, diante da crise e da falta de solução para os problemas institucionais, surgir alguém ao estilo au-



Cabral prevê “dias pouco confortáveis” para o futuro

toritário de Alberto Fujimori, presidente do Peru, para mandar no país, fechando o Congresso e até mesmo o Judiciário, e deixando apenas o Executivo exercer o poder.

O senador citou a falta de autoridade e de ética como exemplos da crise institucional enfrentada pelo país. Mencionou o caso do desmoronamento do Palace II, prédio residencial no Rio de Janeiro que caiu devido

à má qualidade da obra, cuja construtora pertencia ao ex-deputado Sérgio Naya, que foi cassado pela Câmara. O senador criticou “os que se locupletam nos cargos públicos com o manto da impunidade”.

No governo, Bernardo Cabral citou o caso do grampo telefônico, que revelou conversas do presidente Fernando Henrique Cardoso com o então presidente do BNDES, André Lara Rezende, sobre o leilão do sistema Telebrás. Como

parte da crise institucional, o senador citou também as desavenças entre o Legislativo e o Judiciário e entre o Executivo e o Legislativo.

Cabral deu ênfase ao problema de autoridade vivido pelo governo diante da nomeação do diretor-geral da Polícia Federal, João Batista Campelo, que à tarde pediria demissão, à revelia do ministro da Justiça. Até mesmo com essa nomeação, de um funcionário de terceiro escalão, observou o senador, o presidente não escapa de críticas e do questionamento de sua autoridade.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que há uma crise de autoridade no país e que a história não registra um caso de um presidente da República que tenha nomeado um auxiliar e este tenha sido colocado sob investigação imediatamente após a indicação, como foi o caso de João Batista Campelo.

Bernardo Cabral disse que não quer ser pessimista, mas fez uma previsão para o futuro: “O que se vislumbra são dias pouco confortáveis”.

Lúdio defendeu nomeação de Campelo

O presidente da República devia manter João Batista Campelo no cargo de diretor-geral da Polícia Federal, disse na sexta-feira o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS). A manifestação do senador ocorreu antes do pedido de demissão de Campelo, apresentado à tarde.

— Penso que um servidor de carreira da Polícia Federal e os das carreiras militares, ao serem convocados pelo presidente, não têm o direito de rejeitar. Assim, não cabe a Campelo se exonerar — disse o parlamentar.

Para Lúdio Coelho, houve demora demais no preenchimento do cargo, mas, quando da definição do nome de

Campelo, o serviço de inteligência da Presidência da República já verificara que nada havia na carreira do delegado que o incompatibilizasse com a função. Só depois, surgiram dúvidas quanto ao comportamento de Campelo há 30 anos, quando a situação política do país era completamente diferente da atual, acrescentou o senador.

— As averiguações feitas na época não comprometem Campelo — observou.

Lúdio Coelho registrou inconformismo



Lúdio: “Investigações não comprometem” João Batista Campelo

frente às denúncias do ex-padre José Antônio Monteiro de que Campelo teria participado de sessões de tortura, à convocação pelo PT para depor em comissão da Câmara e à divulgação da posição do PSDB considerando que o delegado deveria ser afastado.

— Não cabe à nação seguir a orientação do PT — disse ele, comentando que o PT foi um dos partidos que chegaram a pregar a renúncia

do próprio presidente da República.

Romero Jucá repudia em nome do PSDB ataques de Brizola a FHC

Em nome de seu partido, o PSDB, o senador Romero Jucá (RR) repudiou na sexta-feira, no plenário da Casa, os ataques feitos pelo ex-governador Leonel Brizola ao presidente Fernando Henrique Cardoso, ao vice-presidente da República, Marco Maciel, e ao Congresso Nacional.

Para o parlamentar, Brizola usou imprópriamente o horário gratuito no rádio e na televisão, que se destina à propaganda das teses partidárias “e não a ataques pessoais e incitamento da população”. O PSDB, destacou, “faz questão de afirmar que a honradez dos dois não é questionável”. Ele lamentou o “destempero verbal” do dirigente do PDT.

Outro ponto sobre o qual o PSDB tomou posição e encarregou Jucá de

anunciá-la ao plenário do Senado refere-se à polêmica em torno do novo diretor-geral da Polícia Federal, João Batista Campelo.

O partido, anunciou o senador, “confia plenamente no posicionamento do presidente da República e acredita que ele está agindo corretamente, como certamente também agirá, diante da conclusão das apurações em curso”.



Romero Jucá: honra de FHC e Maciel “não é questionável”

Eduardo diz que líder pedetista deseja “rasgar a Constituição”

Falando em nome do PFL, o senador Eduardo Siqueira Campos (TO) condenou sexta-feira os ataques feitos pelo ex-governador Leonel Brizola, presidente do PDT, ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e a seu vice, Marco Maciel, em programa de propaganda partidária veiculado na noite da última quinta-feira, em cadeia nacional de rádio e televisão.

— Brizola pregou a insubordinação civil e conclamou o povo a rasgar a Constituição. Só lhe faltou coragem para dizer que pregava a ditadura com ele no poder — disse o senador.

Eduardo Siqueira Campos apontou a contradição de Brizola em atacar o vice-presidente Marco Maciel, alegando que ele não tinha legitimidade porque não foi votado.

— E o que é que o Brizola fazia na

chapa de Lula na posição de candidato a vice? — perguntou.

Para o senador, o presidente do PDT demonstrou “incoerência e falta de responsabilidade, aproveitando-se de um programa destinado a difundir princípios partidários para fazer ataques pessoais”.

O parlamentar destacou sua confiança “na conduta e na honradez do presidente da República e de seu vice”.



Para Eduardo Siqueira Campos, Brizola é “incoerente”

Gilvam Borges considera declarações “irresponsáveis”

As declarações do ex-governador Leonel Brizola no horário de propaganda gratuita do PDT na última quinta-feira também foram criticadas no plenário, na sexta-feira, pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

— As palavras desse velho caudilho foram desonrosas, senis e irresponsáveis. Quero dizer a Leonel Brizola que não se faz mais política assim — disse o senador.

Gilvam Borges lembrou a luta do país para se redemocratizar depois do regime militar e a participação, na campanha das Diretas Já, em 1984, dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Bernardo Cabral (PFL-AM).

— Não venho aqui pedir um desagravo porque o Brizola é considerado um irresponsável. Um homem é a

medida das suas palavras — frisou o parlamentar.

Gilvam Borges chamou o ex-governador de “fascista e egocêntrico”, e aconselhou o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a não se preocupar com as declarações de Brizola.

— Enquanto a charrete passa, os cavalos relinham, não são os cães que ladram — disse o senador.



Gilvam Borges: “Não se faz mais política assim”

Emilia quer que Senado vote indicação para PF

Com o objetivo de dar mais transparência ao cargo, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) apresentou projeto de lei propondo que a nomeação de diretor-geral do Departamento de Polícia Federal tenha que passar pelo crivo do Senado. A Constituição já determina que é competência privativa do Senado aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de magistrados, ministros dos tribunais superiores,



Projeto evitaria crise criada com escolha de Campelo, diz Emilia

presidente e diretores do Banco Central, além de titulares de outros cargos que a lei determinar. A proposta da senadora inclui, entre estes, o de diretor-geral da Polícia Federal.

— Com maior participação da sociedade nas decisões, com certeza não estaríamos vivendo a situação atual, onde um nome indicado, apesar das inúmeras e graves acusações contra ele, acaba sendo efetivado e demitido poucos dias após. Com a participação do Senado,

a sociedade poderá exercer um controle mais democrático da função — disse Emilia.

O projeto, que altera a Lei 9.649, de 27 de maio de 1998, determina que o mandato de diretor-geral da Polícia Federal terá a duração de dois anos, permitindo-se a recondução. Ela prevê também que o cargo será ocupado por delegado de Polícia Federal de classe especial, indicado a partir de lista tríplice, elaborada pelo ministro da Justiça e nomeado após a aprovação do Senado. Segundo a proposta, a exoneração, antes do término do mandato, também dependerá de autorização da Casa.